

Limiar

Há agora ao pé de trinta anos que concluí no nosso país a chamada Transição Democrática, entendendo por tal um processo através do qual se realizou no Estado Espanhol a passagem de umha ditadura cívico-militar fascista de longa data para um regime democrático-parlamentar homologável ao dos demais países da contorna europeia. Os apenas seis anos decorridos desde o passamento do ditador até a consolidação definitiva das liberdades, logo da tentativa golpista de fevereiro de 1981, fôrom testemunha de um anovamento mental e psicológico do corpo social galego decerto resenháveis. Em relativamente pouco tempo novas maneiras de pensar e entender o mundo, novos hábitos de sociabilidade e propostas criativas de todo o tipo, tomárom assento numha populaçom maioritariamente afeita durante décadas à passividade e o conformismo imposto polos vencedores na Guerra Civil. Novas e renascidas esperanças numha vida melhor surgiam também nuns cidadán e cidadás que, nos anos imediatamente precedentes, tinham posto em pé um tecido produtivo mais diversificado e fornecedor, pola primeira vez na história, de um mínimo bienestar material para as classes populares. Contudo, os efeitos da crise económica internacional a pairar no horizonte logo iam lançar importantes desafios que a recém nada democracia liberal nem sempre seria quem de defrontar com êxito (taxa de desemprego crescente, desagrarizaçom, desmantelamento industrial...).

Ora bem, adentrarmo-nos a descrever todo este acontecer desvendando as suas chaves explicativas e dando conta dos seus principais vetores dinamizadores nom é labor racionalmente assumível sem remontar-se ao passado imediato, pois foi nele que se gestárom as pré-condiçoms do revirinho político, social e intelectual dos finais da década de setenta e princípios da de oitenta. Tal é a razom de que este trabalho, inicialmente concebido como umha síntese da Transição Democrática na Galiza, logo se tornasse num estudo de mais amplas dimensoms a abranger também o período do chamado desarrollismo (desenvolvimentismo, que diríamos em galego) franquista. Cabilia, bem é verdade, umha outra alternativa: a de dispormos um volume unitário dedicado à totalidade da etapa ditatorial e destinar umha segunda monografia à Transição propriamente dita. O problema era que o escasso volume de investigaçoms e, portanto, de conhecimento existente sobre o primeiro franquismo (especialmente palpável no tocante às pesquisas de âmbito local) faziam impossível a elaboraçom de umha síntese com mínimas garantias, se cingida exclusivamente à longa etapa da ditadura. Pareceu mais aconselhável, pois, empatar o trecho final desta última com o desenrolar da Transição desde umha perspectiva de câmbio

ou mudança, mas também em grande medida de continuidade entre ambas as duas.

Com efeito ninguém poderia explicar-se cabalmente, sem mergulhar previamente nas interioridades do franquismo serôdio, aspetos como a relativa facilidade com que as elites galegas tradicionais artelhadas em torno à UCD conseguírom manter a sua hegemonia política, ideológica e de classe na convulsa conjuntura aberta trás a morte do ditador; ou a irrupçom na cena pública galega, e forte crescimento posterior, de movimentos reivindicativos e correntes alternativas de base popular cuja simples existência era apenas intuída por segmentos amplamente maioritários da nossa população. Outro tanto cabe dizer da apreciável desarticulaçom do corpo social galego no início da década de oitenta, resultante das profundas mudanças socioeconómicas dos anos sessenta modificadoras da anterior interrelaçom campo-cidade e ativamente dissolventes da nossa sociedade agrária tradicional. E, assimesmo, da surpreendentemente rápida aceitaçom de novas ideias, hábitos e formas de ver o mundo até entom inimagináveis (a prática do nudismo é um caso paradigmático onde os houver) entre os superviventes do pós-guerra, contrabalançadas, isso sim, pola persistência ao seu carom de atitudes sociológicas até certo ponto qualificáveis de pré-políticas (conformismo, desconfiança face a determinados princípios ideológicos, desentendimento das cousas da política...). Aparentes contradicçoms todas elas que, sem dúvida nenhuma, som devedoras de um percurso histórico apouvigado e cheio de traumas: aquel que iniciou o malfadado golpe de estado anti-democrático de 1936, parcialmente aliviado e modificado despois nos tempos do desenvolvimentismo com a sua clássica sequela de migraçom, industrializaçom, Franquismo Serôdio e Transiçom Democrática na Galiza (1960-1981) urbanizaçom e umha muito leve, quase caricaturesca, abertura político-inteletual.

De conformidade com o dito até aqui, destina-se a primeira parte da presente obra a dar conta do ciclo de mudanças sócio-económicas experimentado pola formaçom social galega apartir do Plano de Estabilizaçom de 1959, indutor, entre outras realidades, do que González Leiceaga e López Iglesias (2000) tenhem denominado de "modernizaçom inacabada" do nosso aparelho produtivo ou, o que vem sendo o mesmo, umha deficiente adaptaçom da agricultura galega à revoluçom verde (Soto Fernández, 2006), a conformación de umha economia industrial pouco integrada (Nogueira, López Facal e Soto, 1980) e umha progressiva quebra do consenso social entre governantes e (ao menos umha parte dos) governados (Cabana e Lanero, 2009). Vem logo a seguir, num segundo apartado, a abordagem

do período da Transição Democrática; uma abordagem sinaladamente necessária porquanto as insuficiências do processo democratizador daquela encetado (Navarro, 2002) saltam hoje à vista com mais nitidez que nunca. E, se não, velai os riscos involutivos manifestamente inerentes a essa estranha Lei de Partidos que, sintomaticamente, só persegue presuntos delitos à esquerda do espectro político enquanto tem privado na prática durante longos meses –sem o reconhecer– de direitos políticos a um setor muito determinado mas representativo da sociedade basca. Índícios igualmente preocupantes dessa “baixa intensidade” democrática são, sem irmos mais longe, a recente aprovação de uma Lei da Memória Histórica a consagrar de facto a impunidade dos crimes do fascismo e mais o desprezo manifesto, por parte das instituições do Estado, face a umas vítimas do terrorismo franquista nem de longe equiparadas no seu tratamento com as vítimas do terrorismo da ETA. Tudo isto com um pano de fundo discursivo e mediático caracterizado pelo pensamento único e uma crescente entrega do controlo dos meios de comunicação à extrema direita política e sociológica.

Uma segunda razão a tornar conveniente e oportuna a abordagem da Transição Democrática na Galiza é o processo de revisão da mesma que, desde o campo da historiografia espanhola, vem sendo acometido nos últimos tempos. Abofé que fizéram falta quase trinta anos mas, afinal, novas e refrescantes focagens –algumas delas bem críticas– se têm aberto passo redimensionando o debate e abrindo vias para uma reflexão de conjunto que permita ir mais além da visão tópica da Transição cor-de-rosa durante tantos anos transmitida pelo aparelho institucional e mediático do regime da II Restauração. Enfim, com todos estes vimbios é que se pretende entretecer a trama do discurso que vem a seguir. O leitor terá que dissimular se quadra, nalguma que outra passagem, a versar um tanto pessoal e de primeira mão de certos acontecimentos por parte de um autor que tivo a sorte ou a desgraça de os viver diretamente, por pertencer à geração de moços ingressados na Universidade compostelana justo quando o franquismo agonizava. São as serventias –ou mesmo as vantagens, quem sabe?– da condição de cronista assumida por quem nunca quijó deixar de ser cidadão consciente. Mas, ao cabo, tampouco isto tem nada de raro. Não é acaso consubstancial ao próprio ofício de historiador?

Uma advertência derradeira. No texto que segue tentaremos, na medida do possível, deixar um espaço a vozes com frequência silenciadas: as daqueles coletivos, organizações políticas e correntes de pensamento que, tendo tido um papel de certa representatividade e superior protagonismo nos acontecimentos

narrados, seriam engolidos posteriormente pola voragem da História e reduzidos a extremos de atomizaçom ou mesmo desnaturalizaçom, ao ponto de os tornar arestora quase irreconhecíveis.

Considero ser umha dívida de justiça que a sociedade galega democrática tem contraído com eles e com elas, mesmo sem o saber...; ou sabendo, sem querer reconhecê-lo. Vaia isso por diante.

Carlos Velasco Souto
Professor da Universidade da Corunha